

Artigos
científicos

Aspectos Teóricos sobre Migração de retorno no Brasil

Me. Emerson Augusto Baptista
Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Desenvolvimento e
Planejamento Regional (CEDEPLAR)

Resumo

As diversas formas de migração e mobilidade são fatores que, historicamente, têm desempenhado importante papel no desenvolvimento socioeconômico de um país. Dentre os diversos tipos de migração, encontra-se aquele que será focado neste estudo: a migração de retorno, um dos principais eventos ocorridos na dinâmica populacional brasileira nas últimas décadas. Sendo assim, este artigo procura discutir alguns aspectos relevantes para os estudos sobre migração de retorno. Antes, entretanto, o trabalho apresenta uma revisão sucinta de algumas das principais abordagens teóricas em migração (as quais são subdivididas em dois níveis de análise: micro e macro), bem como os problemas decorrentes de vieses na escolha de escalas e níveis de análise.

Palavras-chave: migração; migração de retorno; teorias de migração; Brasil.

Abstract:

The various forms of migration and mobility are factors that historically have played an important role in the socioeconomic development of a country. Among the different types of migration is one that will be focused in this study: the return migration, one of main events on population dynamics in the last decades. Therefore, this paper discusses some aspects relevant to studies of return migration. Before, however, the article presents a brief review of some of the main theoretical approaches to migration (which are subdivided into two levels of analysis: micro and macro), as well as problems arising from biases in choosing scales and levels of analysis.

Keywords: migration; return migration; migration theories; Brazil.

Recebido 07/2013
Aprovado 09/2013

emersonaug@yahoo.com.br

Introdução

A migração de retorno tem representado um papel importante no cenário das migrações no Brasil, especialmente nos últimos decênios. Estados como Minas Gerais e os nove que compõem o Nordeste brasileiro, que, historicamente, eram considerados “fornecedores de mão de obra”, vêm apresentando tendências de recuperação dos saldos migratórios negativos observados em décadas anteriores. A literatura específica sobre o tema atesta que o fluxo de migrantes de retorno nas últimas décadas mostrou-se mais intenso e direcionado para esses estados em particular.

Entende-se por migrante de retorno aquela pessoa que deixou o seu local de origem, residiu algum tempo em outra região e depois regressou ao seu lugar de nascimento. Em geral, o motivo da saída do indivíduo é de ordem econômica, ou seja, ele vai em busca de melhores oportunidades de emprego, na expectativa de incrementar sua renda. O retorno, muitas vezes, se verifica por algum equívoco de avaliação quanto às oportunidades no local de destino, o que resulta em frustração no que tange às suas expectativas quanto às melhorias almejadas.

Por outro lado, a migração pode fazer parte ainda de um planejamento a longo prazo de mudança de residência, quando o migrante se posiciona como um trabalhador que agregará bens e/ou benefícios no tempo de sua estada fora, retornando, mais idoso, para seu local de origem e, assim, desfrutar a velhice juntamente com seus familiares.

Sayad (2000 *apud* FAZITO, 2005) afirma que o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal, pois o retorno constitui um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações. Desta forma, os sistemas empíricos de migração comportam como etapa essencial o retorno, que a um só tempo fundamenta simbolicamente todo e qualquer deslocamento; e desempenha função estrutural na topologia desses sistemas, porque dinamiza o processo migratório.

Este trabalho discutirá alguns aspectos relevantes para os estudos sobre migração de retorno. Inicialmente serão apresentadas, de forma sucinta, algumas das principais abordagens teóricas de migração, bem como os problemas decorrentes de vieses na escolha de escalas e níveis de análise. Em seguida é realizada uma revisão da literatura sobre migração de retorno, além de duas subseções destacando a migração de retorno no Brasil e o perfil do migrante retornado brasileiro. Por fim, algumas considerações são realizadas.

Revisão sobre as teorias em migração, escalas e níveis de análise

Na discussão que ora se inicia sobre mobilidade populacional, há de se ter uma definição clara sobre o termo migração. Neste trabalho, o mesmo será adotado enquanto mudança permanente de residência, diferenciando-se de outras formas de mobilidade temporária.

“Muito embora haja um grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas” (SANTOS *et al.*, 2010). As principais abordagens teóricas sobre migração se dividem entre aquelas voltadas para os aspectos micro e macroeconômicos. As teorias micro tomam o indivíduo, a família e/ou o domicílio como objeto de análise. Nesta perspectiva, esses atores, tidos como racionais, decidem migrar porque o cálculo do custo-benefício os leva a esperar um retorno líquido positivo, usualmente monetário, do movimento. Os incentivos à migração podem vir de diferenciais nas condições de salário e emprego entre as regiões de origem e destino, e também dos custos da migração. Os indivíduos ou as famílias, durante seu processo de decisão, geralmente têm

informações importantes sobre ambas as regiões. Além disso, a migração é vista como uma forma de investimento em capital humano, ou seja, as pessoas escolhem migrar para onde elas podem ser mais produtivas, dadas suas habilidades (MASSEY *et al.*, 1993; SANTOS *et al.*, 2010). Como teorias microeconômicas que tratam a questão migratória, têm-se, ainda: a Teoria do Capital Humano, a Nova Economia de Migração do Trabalho (NELM), a abordagem de *tied movers* e *tied stayers* de Mincer (1978), além de várias outras derivadas dessas.

O principal pressuposto da Teoria do Capital Humano é o de que:

Os indivíduos avaliam racionalmente os custos e os benefícios de suas várias atividades e hábitos. Desta forma, os investimentos feitos pelo indivíduo em sua educação formal, na sua formação e treinamento profissional e na aquisição de outros conhecimentos serão determinados pela relação entre os benefícios futuros que espera receber por estes investimentos e os custos associados aos mesmos. O ato de migrar estaria condicionado a este tipo de cálculo racional, que também seria aplicado ao processo de tomada de decisão dentro das famílias – tais como casamento, separação e tamanho da família (Becker, 1993 *apud* Santos *et al.*, 2010).

No que tange à Nova Economia de Migração do Trabalho (NELM), esta surgiu para desafiar muitos dos pressupostos e conclusões da teoria microeconômica neoclássica. Uma visão fundamental desta nova abordagem é de que as decisões de migrar não são feitas de forma isolada pelos indivíduos, mas por unidades mais amplas relacionadas às pessoas – basicamente famílias e domicílios –, onde os membros agem coletivamente, não só para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar os riscos relacionados às falhas no desenvolvimento dos mercados nos países de origem, em especial o mercado de trabalho. Enquanto a alguns membros podem ser atribuídas atividades econômicas no mercado local, outros podem ser enviados para trabalhar em lugares onde os salários e as condições de emprego são negativamente ou fracamente correlacionadas com as áreas de origem, o que acarretará em uma diversificação dos riscos no mercado de trabalho. Em países desenvolvidos, os riscos para a renda familiar são geralmente minimizados através de mercados de seguros privados ou programas governamentais, mas em países em desenvolvimento estes mecanismos institucionais são imperfeitos, ausentes ou inacessíveis para famílias pobres, dando-lhes incentivos para diversificar os riscos através da migração (MASSEY *et al.*, 1993).

Finalmente, há os trabalhos que são caracterizados por utilizarem modelos de análise com maior foco no âmbito da família e do domicílio como centro da tomada de decisão. Segundo Mincer (1978 *apud* DA VANZO, 1981; SANTOS *et al.*, 2010), os ganhos de toda a família, e não de um único indivíduo, são os elementos motivadores dos movimentos migratórios de domicílios inteiros. Neste caso, poderia ocorrer uma situação em que, para um dos dois, o cálculo particular dos ganhos não seja positivo (*tied mover*), mas perderia razão em função do acompanhamento na migração, ou seja, resultaria em ganho para a família como um todo. Da mesma forma, se a perda líquida de um dos membros exceder o ganho líquido do outro com a migração, gerando uma perda líquida para a família, aquele que seria beneficiado pela migração pode optar por não migrar, tornando-se um *tied stayer*. Harbison (1981), por outro lado, considera que a família é um catalisador de informações e decisões que tem sua estrutura definida pelas relações que ligam seus membros, podendo incluir também pessoas sem laços de parentesco. As relações estruturais que ajudam a determinar a forma

como as migrações são feitas mudam, pois estão relacionadas à posição do indivíduo e da família no ciclo de vida e podem ser afetadas pela estrutura social e demográfica da família, por suas funções sociais, pelo grupo social do qual ela faz parte e pela existência de redes sociais. A forma como o conjunto de regras é estabelecido nas famílias e a forma como ocorrem as relações familiares afetam a decisão de qual membro do domicílio será alocado para a migração, além de determinar o envio de remessas, por exemplo.

As teorias macro, por outro lado, são focadas na relação entre migração e desenvolvimento, tendo como abordagens principais os estudos de Ravenstein (1885) e Lee (1966), a Teoria Macroeconômica Neoclássica e a Teoria Histórico-Estruturalista.

“Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) podem ser considerados pioneiros entre os estudos sobre migração. Estes trabalhos ocupam-se de um tema que será recorrente em outras abordagens: *a seletividade dos migrantes*” (SANTOS *et al.*, 2010). Um esforço feito por Ravenstein no final do século XIX foi na direção de formular princípios gerais que governassem os estudos de migração. As chamadas “Leis de Migração” revelaram ser de dois tipos: simples regularidades, que Ravenstein sente ter encontrado nos dados, e abstrações, que podem ser deduzidas a partir de pressupostos arbitrários.

A primeira regra, que agora é chamada de “lei de oportunidades intervenientes”, coloca que os migrantes se deslocam para não muito distante de suas origens. Essa é claramente uma proposição dedutiva, pois deriva do pressuposto de que os homens são racionais e, portanto, evitam desperdiçar esforços. Como corolário ou consequência da primeira regra, a segunda afirma que há mais migrantes de curtas distâncias que de longas. A terceira regra – de que um fluxo migratório sempre produz um contrafluxo de menor intensidade – é, evidentemente, uma aproximada “regra do dedão”. A quarta regra afirma que em “todos os países” as cidades crescem às custas das zonas rurais, ou seja, é tão ampla quanto sem significado. A quinta regra é mais precisa, mas não mais convincente. Segundo Ravenstein, “as mulheres tendem a predominar entre os migrantes de curtas distâncias”. Embora admita exceções a essa regra, Ravenstein afirma que as violações são numericamente insignificantes. A sexta e última regra – de que a migração tende a aumentar com o desenvolvimento do comércio – tem aproximadamente a mesma validade que a quarta regra. Sendo assim, as “Leis de Migração” são postulados empíricos que expressam a funcionalidade da mobilidade populacional como resultado do equilíbrio entre oferta e demanda por capital e trabalho entre regiões (DAVIS, 1989).

Lee (1966), posteriormente, avança sobre a teoria espacializada de Ravenstein e desenvolve uma “sociologia econômica” da migração. O modelo de Lee reclassifica as leis de Ravenstein, ampliando-as para 19 postulados (empíricos), mas inova com os fatores intervenientes da migração. O modelo das variáveis intervenientes (institucionais/espaciais/psicológicas) especifica as probabilidades do deslocamento na origem para um destino determinado, segundo uma função de atração que maximiza ganhos diferenciais sobre fatores econômicos, sociais, demográficos e psicológicos do migrante potencial. Ele também chama a atenção para a seletividade da migração: se o deslocamento é motivado por oportunidades na área de destino, seleciona positivamente; caso contrário, a seleção é negativa. Além disso, segundo Lee, as migrações dependem também da “localização” de oportunidades (sociais, econômicas, geográficas, etc.), que vão limitar ou ampliar a ação instrumental do indivíduo.

Já a Teoria Macroeconômica Neoclássica foi, segundo Massey *et al.* (1993), desenvolvida originalmente para explicar a migração de trabalhadores no processo de desenvolvimento econômico. De

acordo com essa teoria e suas extensões, a migração é causada por diferenças geográficas na oferta e demanda por trabalho. A explicação simples, mas convincente, oferecida por esta teoria moldou fortemente a opinião pública e forneceu as bases intelectuais para muitas políticas de migração, tais como: 1) a migração de trabalhadores é causada por diferenças nas taxas de salários entre as regiões; 2) a eliminação nos diferenciais de salários determinará o fim do movimento de trabalho, conseqüentemente a migração não ocorrerá na ausência de tais diferenciais; 3) fluxos de capital humano – isto é, trabalhadores altamente qualificados – respondem a diferenças na taxa de retorno do capital humano; 4) os mercados de trabalho são os primeiros mecanismos pelos quais os fluxos de trabalho são induzidos; outros tipos de mercados não têm efeitos importantes na migração; 5) o caminho para que os governos controlem o fluxo migratório é regular ou influenciar os mercados de trabalho em países que enviam e/ou recebem migrantes.

Outra abordagem que contrasta fortemente com a teoria microeconômica é a visão histórico-estrutural. Esta foi formulada por cientistas sociais da América Latina e África, em resposta às dificuldades encontradas em aplicar o modelo microeconômico para países em desenvolvimento. A teoria histórico-estrutural conceitua a migração como um fenômeno de classe e que tem como unidade de análise o fluxo de pessoas, além de ser focada nos efeitos diretos e indiretos das variáveis sociais, econômicas e políticas sobre a organização produtiva espacial. Além disso, a abordagem histórico-estruturalista, que critica a visão da migração como compensadora de diferenças regionais na dotação de fatores, é, para Wood (1982), mais difícil de sintetizar por ser encontrada em uma variedade de modelos, tais como: “teoria da dependência”, “colonialismo interno”, abordagem “centro-periferia” e perspectiva de “acumulação global” (WOOD, 1982).

As diferenças entre as teorias microeconômica e histórico-estrutural sobre migração são notáveis, especialmente no que diz respeito ao nível de análise empregado. A primeira foca, principalmente, no cálculo racional do indivíduo; a segunda destaca a origem dos custos e benefícios que os potenciais migrantes enfrentam. A grande disparidade no nível de investigação sugere a possibilidade de integrar as duas abordagens, mudando o foco da pesquisa em migração para uma unidade de análise intermediária – o domicílio. A tomada do domicílio como unidade de análise, entretanto, pode ser considerada um avanço teórico, uma vez que, de acordo com Wood (1982), permite identificar fatores não econômicos que influenciam a decisão de migrar e que não estão presentes na teoria neoclássica.

Outro aspecto relevante aos estudos de migração diz respeito às diferenças de escalas e níveis utilizados nas análises. Para Gibson *et al.* (2000) e Bettrell e Hollifield (2000), o fenômeno migratório é tão complexo que não há consenso entre as disciplinas das ciências sociais em relação às escalas e níveis de análise ideais para seu estudo. Os primeiros autores argumentam que a escala se refere às dimensões espacial, temporal, quantitativa ou analítica usadas pelos cientistas para medir e estudar objetos e processos. São considerados níveis os locais ao longo de uma escala. Já a extensão de uma escala é a magnitude da dimensão usada na mensuração de um fenômeno, enquanto a resolução se refere à precisão usada na medida de uma escala.

Questões relacionadas à escala têm implicações para a identificação de padrões, a explicação de um fenômeno social, a generalização de proposições teóricas e a otimização de processos em uma escala. Assim, a escolha de uma escala de análise e, conseqüentemente, uma extensão e uma resolução específica afetam os padrões que serão observados. Uma vez identificado um padrão, a escala e o nível escolhidos para isto não o explicam. A inferência de relações causais em um determinado fenômeno

depende, sobretudo, da localização das variáveis explicativas na mesma escala e no mesmo nível do padrão a ser explicado, a fim de se evitar problemas de causalidade ascendente ou descendente. No caso da generalização teórica entre níveis e escalas, os estudiosos podem perceber a necessidade de inclusão de novas variáveis para a aplicação de uma determinada teoria a processos similares, mas que se encontram em níveis diferentes desta escala. Além disso, as variáveis explicativas de uma abordagem teórica podem mudar substancialmente durante o processo de generalização desta abordagem para um fenômeno que ocorre em um nível diferente. Em relação à otimização, utilizada em estudos de diversas disciplinas teóricas, as escolhas de nível e escala podem levar a diferentes conclusões a respeito do mesmo objeto de análise (GIBSON *et al.*, 2000).

A migração é um fenômeno complexo que envolve fatores individuais, familiares ou domiciliares e de contexto, que interagem entre si. Além disso, é um evento contínuo, que tem apresentado padrões diferentes no tempo, como as teorias transicionais de Zelinsky (1971)¹ tentam mostrar. Por isso, a análise de qualquer movimento migratório deve levar em conta a interação entre os diversos níveis dentro de uma mesma escala e entre as diversas escalas que afetam tal fenômeno, como as escalas temporal e espacial.

Finalmente, e para concluir, Massey *et al.* (1993) afirmam que teorias focadas nas decisões individuais devem levar em conta as restrições estruturais que atuam sobre elas, assim como teorias estruturais devem considerar a importância de indivíduos e famílias. Citando Papademetriou e Martin (1991), os autores argumentam que é absolutamente possível que os indivíduos realizem cálculos de custo-benefício, assim como a diversificação do trabalho por parte das famílias e a atuação de forças estruturais sobre o contexto no qual são tomadas as decisões individuais/familiares. Dessa forma, pode-se associar a contribuição teórica de modelos focados na escala micro para a compreensão dos movimentos migratórios às contribuições de outras vertentes teóricas voltadas para outras escalas analíticas. Uma vez que o fenômeno migratório ocorre em diversas escalas de análise, é importante que se considerem as possíveis agregações teóricas nas diversas escalas e não apenas uma escala ou outra isoladamente, como único contexto em que ocorrem as decisões migratórias.

Objetivou-se nesta sessão apresentar, de forma bastante sucinta, algumas das principais correntes teóricas que tentam abordar o fenômeno migratório. Embora quase todos os autores citados tratem apenas das migrações externas, os conceitos propostos podem também, na maioria dos casos, ser aplicados às migrações internas.

Migração de retorno

A migração é um fenômeno demográfico complexo, pois, ao mesmo tempo em que um fluxo migratório possui características universais e estruturalmente semelhantes a outros fluxos, ele desenvolve histórica e socialmente sua singularidade (DAVIS, 1989 *apud* FAZITO, 2005).

Dentro de um quadro mais amplo que aborda os fluxos migratórios, figura a migração de retorno.

[...] a condição de retorno está sempre latente na essência do emigrante/imigrante. O retorno é, naturalmente, o desejo e o sonho de todos os imigrantes, é como recuperar a visão, a luz que falta ao cego, mas, como cego, eles sabem que esta é uma operação impossível. Só lhes resta, então, refugiarem-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra (SAYAD, 2000).

Na visão de Sayad (2000), o sentimento do retorno está intrínseco ao migrante, uma vez que ele parte já pensando na sua volta, o que vem a comprovar a afirmação de Martins (1986), de que o

¹ O modelo de transição da mobilidade de Zelinsky (1971) se baseia na ideia de que diferentes tipos de migração ocorrem em diferentes estágios do desenvolvimento humano (transição ligada à modernização) (DE HAAS, 2010).

migrante não se sente em casa quando migra, e, por mais demorada que seja esta sua migração, e por mais que não ocorra um retorno, o sentimento da volta, a nostalgia da terra natal estará sempre atrelada a ele.

Em verdade, a nostalgia não é o mal do retorno, pois, uma vez realizado, descobre-se que ele não é a solução: não existe verdadeiramente retorno (ao idêntico). Se de um lado, pode-se sempre voltar ao ponto de partida, o espaço se presta bem a esse ir e vir, de outro lado, não se pode voltar ao tempo da partida, tornar-se novamente aquele que se era nesse momento, nem reencontrar na mesma situação, os lugares e os homens que se deixou, tal qual se os deixou (SAYAD, 2000).

É conferida também ao retorno a condição de elemento constitutivo da condição do imigrante, um paradoxo inerente à constituição do fenômeno migratório que o define e unifica, mesmo porque a noção de retorno “está intrinsecamente circunscrita à denominação e ideia de emigração e imigração. Não existe imigração em um lugar sem que tenha havido emigração a partir de outro lugar; não existe presença em qualquer lugar que não tenha a contrapartida de uma ausência alhures” (FAZITO, 2005).

O migrante é aquele que, ao se deslocar espacialmente, encontra-se num espaço contraditório de provisoriedade subjetiva, onde há o desejo de retorno e de permanência real e efetiva, no qual existe a necessidade de prolongar sua estada, surgindo um contexto sociocultural específico. O migrante de retorno é a pessoa que deixa o seu local de origem, reside algum tempo em outro lugar e depois regressa ao seu lugar de nascimento. Em geral, o motivo da saída do indivíduo é de ordem econômica, ou seja, ele vai em busca de melhores oportunidades de emprego e, conseqüentemente, na expectativa de incrementar sua renda.

A própria mudança espacial neste contexto implicaria uma mudança temporal, na qual o acontecimento “migração” demarcaria o presente, o passado e o futuro. A identidade do migrante estaria ligada a essa temporalidade, permitindo um sentimento de familiaridade interligando esses três tempos. A sensação de provisoriedade funcionaria como uma “âncora” que lhe permitiria sobreviver longe (espacialmente) de sua história, de suas crenças, valores, costumes, enfim, de tudo que lhe era conhecido, familiar, mas que agora está afastado. Pensar na possibilidade, mesmo que remota, de seu retorno lhe permitiria assegurar-se como indivíduo numa “sociedade estranha”.

Conforme as condições locais, o imigrante poderá optar entre dois caminhos: ou retorna à sua sociedade (reinserção), ou se fixa, definitivamente, no local de imigração (inserção). Ter contato com uma cultura, pessoas, hábitos e ambientes diferentes é sempre positivo, considerando o desenvolvimento pessoal do imigrante. Contudo, e como se observa em diversas situações apontadas por Fazito (2005), as habilidades adquiridas, muitas vezes, podem vir a se tornar verdadeiros obstáculos à readaptação dos retornados às sociedades de origem, além de poderem atuar como potencializadores de conflito com os não migrantes. “Assim, tanto dinheiro poupado quanto habilidades técnicas adquiridas não parecem cumprir papel definitivo na readaptação do retornado nas comunidades de origem” (FAZITO, 2005). O autor, neste mesmo artigo, relata que, em trabalhos de campo realizados nos municípios de Governador Valadares e Poços de Caldas, teve a oportunidade de conhecer alguns retornados bem sucedidos empresarialmente que, paradoxalmente, comentavam sobre a reemigração de outros tantos conhecidos que voltaram dos EUA com dinheiro e perderam tudo em negócios ruins no Brasil. O autor menciona uma conversa tida com um retornado, que relata:

“... talvez o maior problema para os brasileiros que têm a experiência migratória seja a dificuldade de aceitar o trabalho assalariado no Brasil. Depois que se retorna, o brasileiro ‘não aceita mais trabalhar de empregado’”.

Do ponto de vista das técnicas de mensuração, tendo por foco as pesquisas feitas no Brasil (RIBEIRO *et al.*, 1998; RIBEIRO; CARVALHO, 1998; CARVALHO, 2004), conclui-se que as migrações de retorno exercem grande impacto sobre o processo social das migrações, contribuindo definitivamente para o fortalecimento e expansão dos fluxos migratórios (FAZITO, 2005).

Finalmente, e de uma maneira geral e simples, talvez se possa dizer que o retorno não ocorre pura e simplesmente por um “sucesso” ou um “fracasso” econômico no mercado de trabalho de destino, mas por questões afetivas ligadas à família, amigos e/ou ao próprio local de origem; por um desenvolvimento econômico, cultural, educacional e de bem-estar alcançado por esse lugar, enfim, fatores muitas vezes abstratos.

Migração de retorno no Brasil

Segundo Cunha e Baeninger (2001), a década de 1980 representou, para a história migratória brasileira, um momento de importantes transformações, em particular no que se refere às tendências históricas de redistribuição espacial da população. Assim, paralelamente à redução drástica de certos fluxos migratórios para o Sudeste ou para as áreas de fronteira, pôde-se identificar a intensificação de movimentos de retorno, processos que configuram a nova realidade do desenvolvimento socioeconômico do país, em particular no tocante às possibilidades de inserção dos migrantes em seus principais centros urbanos.

A migração de retorno é, sem dúvida, um dos principais fenômenos ocorridos dentro dos fluxos migratórios brasileiros nos últimos decênios. Regiões tradicionalmente fornecedoras de mão de obra, como Minas Gerais e o Nordeste, apresentam uma tendência de recuperarem sua população de emigrantes. No primeiro caso, por exemplo, observou-se que houve um aumento na proporção de naturais mineiros (aqueles nascidos em MG) residentes em Minas Gerais e uma redução da proporção de naturais mineiros residentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. Ao mesmo tempo, observou-se um aumento proporcional, dentre os residentes em Minas Gerais, de naturais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Goiás. Os dois fenômenos estão relacionados e representam, em parte, o que se denomina efeitos direto e indireto² da migração de retorno dos naturais mineiros ao local (UF) de nascimento (GARCIA; RIBEIRO, 2004). Corroborando e complementando essas informações o registro de Cunha e Baeninger (2005) de que:

[...] o volume de migração de retorno incrementou-se enormemente no país nos últimos 30 anos; na década de 90 houve incremento relativo da ordem de 221% em relação aos volumes dessa migração comparado com a década de 70. Este elevadíssimo incremento contribuiu para que o número de pessoas retornadas a seus estados de nascimento passasse de 1,1 milhão, nos anos 70, para quase 3,8 milhões, nos 90; estes volumes indicam a importância que, nos anos mais recentes, este tipo de mobilidade – sempre presente, porém em menor intensidade – passou a adquirir no cenário das migrações nacionais.

Os dados censitários de *data fixa* revelaram que, no Brasil, cerca de 1,130 milhão de indivíduos tomaram a decisão de regressar aos seus estados de origem entre os anos de 1995 e 2000 (IBGE, 2000). Número expressivo, quando considerado que, dentre as pessoas que fizeram algum desloca-

² Em linhas gerais, denomina-se efeito direto da migração de retorno a uma determinada UF todo o natural que tenha retornado a esta unidade da federação (UF) no decênio anterior à data do censo utilizado como fonte dos dados. O efeito indireto decorre da imigração de não naturais, associada ao retorno de naturais; ou decorre do nascimento dos filhos dos retornados (das mulheres retornadas), na UF de destino (RIBEIRO, 1997). A informação básica para esta análise é aquela que registra o local de residência anterior do retornado, conhecida como quesito de “última etapa”.

mento neste período, cerca de 22% são de retornados. E, desses, o fluxo mais intenso da migração de retorno está direcionado ao Nordeste, aproximadamente 40% dentro do universo de retornados. Já entre os anos de 2005 e 2010, o número de retornados foi de aproximadamente 1 milhão de pessoas, sendo que 35% foram de retornados nordestinos (IBGE, 2010).

Este é um fenômeno relativamente novo, embora o Censo de 1991, segundo Baeninger (2000), já apontasse para esta tendência no comportamento da migração brasileira. Basta saber quem são estes indivíduos que estão retornando e se eles representam, de fato, ganhos para a região receptora. Em 2003, a autora ratificou esta tendência:

Na dinâmica rede urbana brasileira, os movimentos migratórios têm-se tornado elemento chave do crescimento populacional³, mesmo que a intensidade de entradas e saídas de pessoas nem sempre se concretize na resultante numérica expressa pelas taxas de crescimento. A acentuada mobilidade espacial da população pode ser apreendida em localidades de diferentes tamanhos, indicando que o atual processo de urbanização no Brasil continua marcado por expressivos deslocamentos populacionais, em especial os de áreas urbanas, independente de seu porte, para outras áreas urbanas (BAENINGER, 2003).

No caso brasileiro, existe um indicativo de que a “remigração” de pessoas jovens e com média escolaridade se deva às frustrações nas expectativas de emprego, renda e condições de moradia no lugar de destino, o que faz com que esses indivíduos retornem para seus lugares de nascimento, onde o conhecimento do local, a rede de amigos e familiares podem representar facilidades na absorção dos mesmos no mercado de trabalho local. Entretanto, este panorama agrega também a volta de idosos, que, bem sucedidos na decisão de migrar, estão retornando para vivenciar a velhice junto aos seus familiares.

Perfil do migrante retornado brasileiro

Estudos realizados no Brasil mostram evidências da seletividade positiva no grupo de *migrantes inicial* (SANTOS JUNIOR *et al.*, 2005; JUSTO; SILVEIRA NETO, 2006). Estes trabalhos apontam que os migrantes são, em média, pessoas com maior nível de escolaridade, mais jovens, com maiores níveis de renda e de horas trabalhadas. Entretanto, estes estudos não têm a preocupação de demonstrar o reforço da seletividade para o grupo de retornados.

A partir do Censo de 1980, é possível construir o perfil dos migrantes retornados. Os dados permitiram constatar que esses migrantes são, em média, mais velhos do que os não retornados. Esta peculiaridade na migração de retorno brasileira é uma sinalização de que a migração inicial, para boa parte dos retornados, foi bem sucedida, visto que, durante sua trajetória, o migrante de retorno adquiriu melhor escolaridade, retornando mais apto ao mercado de trabalho em sua terra natal. Neste caso, ele volta com melhor condição de vida, podendo prosperar no seu lugar de origem.

Cabe ressaltar que, embora o perfil dos migrantes retornados brasileiros seja atrelado às idades mais avançadas, as frustrações quanto à materialização do emprego e da renda no local de destino forcem alguns indivíduos mais jovens a voltarem para seu lugar de nascimento, mesmo quando ainda estão em plena capacidade produtiva, quando poderiam estar usufruindo ganhos com a migração.

Segundo Cunha (2006), o migrante não retornado do começo deste século no Brasil é de fato jovem, e cerca de 70% possui entre 15 e 49 anos. A proporção entre mulheres e homens é a mesma apresentada para a população total nacional, segundo os dados levantados por Cunha (2006) a partir

³ Com o declínio da fecundidade e o contínuo descenso da mortalidade, para muitas localidades a migração vem respondendo por significativa parcela do incremento populacional.

da PNAD 2004. O migrante é ligeiramente mais escolarizado que a média, mas isso é mais um reflexo da faixa etária do migrante do que um diferencial em relação aos não migrantes. Ainda em relação à escolaridade, o perfil do migrante também varia de região para região brasileira. “Os estados do Nordeste apresentam uma perda muito grande de pessoas com boa escolaridade, estima-se 57 mil em oito anos. Por outro lado, o Centro-Oeste recebeu 100 mil pessoas com boa escolaridade nesse mesmo período” (CUNHA, 2006).

Na literatura brasileira, o aspecto da “remigração” e a migração para regiões atrasadas têm sido pouco ressaltados, a não ser em trabalhos que exploraram a importância do tema como preocupação de distribuição espacial (GARCIA; RIBEIRO, 2004; RIBEIRO, 1997).

A migração de retorno toma cada vez mais importância no contexto das migrações interestaduais, face à nova dinâmica e aos padrões migratórios emergentes. Ribeiro (1997), analisando as informações para o Nordeste brasileiro e referenciando Martine (1994), registra:

O fenômeno do retorno nordestino pode ser analisado, por um lado, numa ótica sociológica, isto é, representaria um retorno aos lugares de origem, onde a rede de relações e conhecimentos facilitaria sobreviver durante os anos de crise. Do ponto de vista econômico, e numa interpretação complementar mais otimista, o retorno pode estar ligado ao fato de que, durante a década de oitenta, o Nordeste teria manifestado sinais positivos, por exemplo, uma administração pública mais eficaz, a abertura de novas fontes de trabalho, etc., fatos estes que teriam alentado o retorno.

Para Sayad (2000), nem sempre o retorno se dá de uma forma muito satisfatória, pois, quando os migrantes regressam, buscam no espaço deixado também o tempo deixado, ou seja, espera-se que tudo esteja da mesma forma que foi deixado em seu local de origem, fato este que não ocorre, já que o tempo também se passou naquele lugar, havendo não só uma mudança física, mas principalmente uma mudança com as pessoas de sua terra.

Martine, citado por Brito (2003), evidencia as hipóteses de que os migrantes, percorrendo as suas trajetórias, passam por um conjunto de etapas, numa espécie de socialização progressiva, até chegar a um destino final, onde seriam plenamente absorvidos pela economia e pela sociedade. Além desta possibilidade, o emigrante, uma vez no seu destino final, e depois de um determinado tempo de residência, tenderia a aumentar a sua capacidade de integração ao lugar de destino, melhorando seu nível de educação e ocupação e, conseqüentemente, sua renda, o que alimentaria um retorno a seu local de origem.

Considerações Finais

Diante do exposto e dos trabalhos investigados, dos quais muitos estão referenciados neste texto, conclui-se que a complexidade dos estudos migratórios provoca um grande desafio para os estudiosos do tema. Por isso, e para que os mesmos lidem com essa crescente dificuldade, é necessário ampliar suas categorias conceituais, seus marcos referenciais e, também, seus instrumentos de medição e fontes de dados.

A migração de retorno é, sem dúvida, um dos principais fenômenos ocorridos dentro dos fluxos migratórios brasileiros nos últimos decênios. Parece evidente, de acordo com os estudos de Fazito (2005), que os retornados desempenham funções singulares e essenciais a todo o processo social da migração. Seja quanto aos aspectos simbólicos e de legitimação social dos deslocamentos, seja

quanto aos aspectos operativos dos fluxos. Além disso, os retornados têm a função primordial de “fechar” o sistema de migração e conferir o sentido decisivo aos projetos de deslocamento, garantindo a circularidade dos movimentos populacionais e a legitimidade dos eventos nos ciclos de vida de indivíduos e grupos.

Sayad (2000) afirma que o retorno representa uma categoria fundamental do fenômeno migratório, pois confere sentido e explica a unidade das relações complexas entre emigração e imigração, ausência e presença, exclusão e inserção. Além disso, mostra que o retorno é uma possibilidade, uma justificativa manipulada politicamente pelo imigrante em resposta à sua ausência, visto que não significa apenas um regresso ao espaço físico, mas, essencialmente, o retorno ao espaço social transfigurado por eventos vitais e, conseqüentemente, uma impossibilidade concreta, pois não se retorna àquela mesma estrutura de coisas e eventos vividos no passado e que, pelo próprio evento da migração, teve que ser abandonada.

Referências

- BAENINGER, R. Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.
- _____. Tendências do crescimento demográfico nos aglomerados urbanos. In: NETO, Elias Rassi; BÓGUS, Cláudia Maria (Ed.). **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003, p. 97-136.
- BETTRELL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. **Migration Theory: Talking Across Disciplines.** New York: Routledge, 2000 (Introdução).
- BRITO, F. Brasil final de século: a transição para um novo padrão migratório. In: FAUSTO (Org.). **Transições Migratórias.** 7 ed. Fortaleza: Iplance, 2003, p. 15-54.
- CUNHA, J. P. M. São Paulo apresenta migração negativa. **ComCiência,** São Paulo, n. 07, fev. 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/noticias/2006/02/migracao.htm>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. **Bahia Análise & Dados,** Salvador – BA/SEI, v. 10, n. 4, p. 79-106, mar. 2001.
- _____. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno do CRH,** Salvador, v. 18, n. 43, 2005.
- DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, M.; WINTER, J. (Ed.). **Population and resources in western intellectual traditions.** Cambridge: Cambridge University, UK, 1989.
- DA VANZO, J. Microeconomic Approaches to Studying Migration Decisions. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. (Ed.). **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries.** New York: Pergamon Press, 1981.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. In: **International Migration Review,** v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- FAZITO, D. **Dois aspectos fundamentais do “retorno”:** símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005, 16p.
- GARCIA, R. A.; RIBEIRO, A. de M. Movimentos migratórios em Minas Gerais: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno - 1970/1980, 1981/1991 e 1990/2000. In: XI SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 2004, Diamantina, **Anais...** Belo Horizonte, 2004, p. 15.
- GIBSON, C.; OSTROM, E.; AHN, T. K. (2000). The concept of scale and the human dimension of global change: a survey. **Ecological Economics,** n. 32, p. 217-239.
- HARBISON, S. F. Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER, R. W. (Ed.). **Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries.** New York: Pergamon Press, 1981.
- JUSTO, W. R.; SILVEIRA NETO R. da M. Migração inter-regional no Brasil: evidência a partir de um modelo espacial. **Economia,** Brasília (DF), v. 7, n. 1, p. 163-187, jan./jul. 2006.
- LEE, E. S. (1966). *Uma teoria sobre a migração.* In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados.** Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 89-114, 722p.
- MARTINE, G. A. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Texto para discussão n° 329. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 1994, 47 p.
- MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão.** Petrópolis: Vozes, 1986.
- MASSEY, D.; ARANGO, J., *et al.* Theories of International Migration: a Review and Appraisal. **Population and Development Review,** v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

- MINCER, J. *Family Migration Decisions*. **The Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, out. 1978, p. 749-773.
- RAVENSTEIN, E. G. (1885). *As leis das migrações*. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p. 25-88, 722p.
- RIBEIRO, J. T. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no nordeste brasileiro, 1970/1980 e 1981/1991**. 1997, 206 p. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- SANTOS *et. al.* **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Texto para discussão, nº 398. Belo Horizonte/ Cedeplar, 2010, 18 p.
- SANTOS JUNIOR, E. R. *et al.* **Seleção e Diferenças Regionais de Renda no Brasil**. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 299-331, dez. 2005.
- SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998, 299p.
- _____. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. Travessia, São Paulo. **Revista do Centro de Estudos da Migração**, São Paulo, número especial, 21 p., jan. 2000.
- WOOD, C. H. Equilibrium and Historical-Structural Perspectives on Migration. **International Migration Review**, v. 16, n. 2 (Special Issue: Theory and Methods in Migration and Ethnic Research, Summer, 1982).
- ZELINSKY, Z. The Hypothesis of the Mobility Transition. **Geographical Review**, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.